

## **DESAFIOS DA AGRICULTURA CAMPONESA EM UM CONTEXTO HEGEMÔNICO DE AGRICULTURA CAPITALISTA DOMINANTE NA MICRORREGIÃO DO ALTO PANTANAL/MT**

Valéria do Ó Loiola<sup>1</sup>

**RESUMO:** A agricultura camponesa enfrenta diversas dificuldades e desafios diante da expansão hegemônica do capital no campo. Nesse contexto, o presente artigo visa analisar o dualismo de concepções produtivas, de acesso à terra e recursos disponíveis, e quais consequências emergem dessa rápida e crescente expansão da produção capitalista no campo em detrimento das populações camponesas. Tendo como base a pesquisa qualitativa, subsidiada por revisões bibliográficas, fundamentada em pesquisadores do campo brasileiro. A pesquisa documental foi realizada a partir de sites oficiais, sendo eles: IBGE, Incra, e outros, se mostrando aliados para análise referentes aos níveis desiguais da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários. A partir da pesquisa de campo, com realização de entrevistas, aplicação de questionário, e material coletado, é possível observar as principais dificuldades enfrentadas pela produção camponesa. Portanto, é notório as contradições estabelecidas no território do Alto Pantanal mato-grossense, onde, de um lado, estão os grandes estabelecimentos agrícolas, detentores das maiores extensões de terras na região, voltadas ao ramo do agronegócio sojicultor e criação de gado; e de outro estão, camponeses e comunidades tradicionais, buscando sua reprodução social e econômica, valorizando o uso da terra e dos recursos naturais para sobrevivência, bem como a manutenção da integridade do ambiente pantaneiro. Nesse sentido, urge que políticas públicas, sejam criadas/ampliadas visando incentivar camponeses e populações tradicionais que vivem e compartilham o território.

**Palavras-chave:** Agricultura Camponesa, Agricultura Capitalista, Agronegócio, Alto Pantanal.

**ABSTRACT:** Peasant agriculture faces several difficulties and challenges in the face of the hegemonic expansion of capital in the countryside. In this context, this article aims to analyze the dualism of productive conceptions, of access to land and available resources, and what consequences emerge from this rapid and growing expansion of capitalist production in the countryside to the detriment of peasant populations. Based on qualitative research, supported by bibliographic reviews, based on researchers from the Brazilian field. The documentary research was carried out from official websites, namely: IBGE, Indra, and others, showing allies for analysis regarding the unequal levels of the area occupied by agricultural establishments. From the field research, with interviews, application of questionnaire, and collected material, it is possible to observe the main difficulties faced by peasant production. Therefore, it is notorious the contradictions established in the territory of the Alto Pantanal of Mato Grosso, where, on the one hand, are the large agricultural establishments, holders of the largest tracts of land in the region, focused on the branch of agribusiness and cattle reeding; and on the other, peasants and traditional communities, seeking their social and economic reproduction, valuing

---

<sup>1</sup> Doutoranda do curso de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD. Este artigo é parte de uma pesquisa de doutorado em andamento e conta com financiamento CAPES/CNPq. [valeria.loiola@hotmail.com](mailto:valeria.loiola@hotmail.com).

the use of land and natural resources for survival, as well as the maintenance of the integrity of the Pantanal environment. In this sense, it is urgent that public policies be created/expanded to encourage peasants and traditional populations who live and share the territory.

**Keywords:** Peasant Agriculture, Capitalist Agriculture, Agribusiness, Alto Pantanal.

## INTRODUÇÃO

A intensa ocupação do Cerrado, sobretudo o aumento produtivo de *commodities*, principalmente destinadas ao abastecimento do mercado externo, vem cada vez mais intensificando transformações no meio natural e social. Dessa forma, tais ações se tornam conflitantes e desafiadoras diante de populações que tem como princípios de reprodução da vida baseados em uma produção que busca o cuidado e bem-estar social e ambiental, sendo grupos representados por: populações indígenas, camponeses, quilombolas dentre diversos outros que habitam e compartilham o território.

A produção de soja em Mato Grosso com seus índices crescente, e, mais recentemente, a produção monocultora é inserida nos municípios que compõem a microrregião do Alto Pantanal mato-grossense, concentrada em Cáceres e Poconé. Neste ponto, convém ressaltar que este artigo é parte de uma pesquisa de doutorado ainda em andamento, que visa analisar os principais conflitos territoriais presentes na referida microrregião, como enfoque à expansão sojicultora na área de estudo. As análises se limitam apenas a dois municípios, por estes apresentarem dados significativos sobre o cultivo da soja, representada pelo agronegócio, e, em oposição a esta forma de produzir, encontra-se a agroecologia desenvolvida por camponeses presentes na região.

O uso do termo “Camponês” busca contextualizar as vivências e os desafios de uma produção calcada em preceitos agroecológicos, que visam o bem-estar social e ambiental. Sendo assim, subsidiadas pela concepção de Fernandes e Welch (2008, p. 49), o conceito de camponês aqui exposto é o produtor familiar, bem como a terminologia empregada nos dados censitários dos órgãos oficiais do governo brasileiro. Assim, como aponta os autores supracitados, “compreender o campesinato como um sistema, não significa ter uma visão mecânica, mas sim considerar a estrutura e as dimensões que compreende seu modo de vida, a partir de seu território, cultura, valores etc.” Além disso, como expressa Fernandes (2007 *apud* Fernandes e Welch, 2008) diferenciar agricultor familiar de camponês é mais uma tentativa de fragmentação e cooptação: “[...] o campesinato não é parte integrada do agronegócio. Ele é subalterno a este modelo de desenvolvimento pelo fato não possui poder para impor outro modelo de correlação de forças com o capital”. (FERNANDES e WELCH, 2008 p. 48).

O predomínio de trabalho familiar é algo intrínseco ao campesinato. Assim, diante da presença de distintas formas de produzir, sobretudo ao que diz respeito à apropriação e uso da terra é que essa pesquisa visa analisar o dualismo contraditório de concepções produtivas, de acesso à terra, e recursos disponíveis para ambos, e quais consequências emergem dessa rápida e crescente expansão da produção capitalista no campo em detrimento das populações camponesas.

Por se tratar de uma microrregião que abriga um importante e sensível bioma brasileiro, o Pantanal, é crescente a preocupação quanto a integridade e permanência de populações que sempre estiveram presente nesse território, e, o quanto, camponeses, indígenas, quilombolas e diversas outras populações tradicionais são fundamentais para a preservação do ambiente natural. Vale ressaltar que o emprego do termo “populações tradicionais” se dá a partir do Decreto de n.º 6040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e das Comunidades Tradicionais, que em seu artigo 3º e inciso I, define:

“grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais; que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.”

Este estudo é desenvolvido ancorados na pesquisa qualitativa e quantitativa, auxiliada por revisões bibliográficas a partir de pesquisadores do campo brasileiro. A pesquisa documental em sites oficiais se mostra aliada para analisar dos níveis de desigualdades, conforme os dados apresentados. Os dados coletados corroboram com a pesquisa de campo, por meio de observações empíricas e entrevistas, subsidiadas por questionários com questões abertas e conversas com os assentados; e, por fim, análise do material coletado.

Nesse sentido, por meio da construção desta pesquisa, é possível perceber as principais dificuldades enfrentadas pelos camponeses e comunidades tradicionais para produzir em meio a uma lógica injusta e desigual de acesso à terra e recursos naturais e econômicos, que viabilizam a devida permanência no território. Contudo, discutiremos inicialmente a lógica produtiva da agricultura capitalista para, então, analisar os desafios enfrentados pela agricultura familiar camponesa no recorte geográfico pesquisado.

### **Contradições de uma Agricultura altamente Capitalista**

O modo de produção capitalista tem sido cada vez mais questionado por se ancorarem em uma produção altamente concentradora de terras, tecnologias e capital. O discurso propagado por este setor de produção agrícola, que constantemente enfatiza o papel do

agronegócio como principal responsáveis pela produção de alimentos de uma nação, é fortemente desmerecido diante dos que, realmente, produzem comida saudável e garantem uma alimentação de qualidade a todos os brasileiros, desenvolvida pela agricultura camponesa.

Comumente, nos depararmos com notícias em jornais e rede televisiva sobre a produção de grãos no cerrado brasileiro, principalmente produtos como: soja, milho e outras *commodities*. O agronegócio é constantemente descrito como o responsável pelo *superavit* na balança comercial brasileira e promovem o aquecimento da economia do País. É fato que o agronegócio sojicultor representa significativa elevação no PIB brasileiro, no entanto, como bem analisa Favareto (2023), quanto aos principais mitos envolvidos a esse discurso de pujança do agro brasileiro, que carregam seu êxito a partir de importantes intervenções estatais para garantir seu desenvolvimento. E, tornar-se celeiro de outros países acarreta grandes danos e desastres ambientais, como desmatamento e destruição da biodiversidade. O referido autor avalia o discurso quanto a geração de emprego por este setor, e ressalta que o dinamismo não consegue compensar as perdas de postos de trabalho acarretados pela crescente evolução tecnológicas sem que haja os devidos investimentos em qualificação profissional ou por ir totalmente contra princípios vivenciados por comunidades tradicionais e camponeses afetadas.

Mas afinal, quanto o agronegócio contribui para o crescimento do PIB-brasileiro? Os dados do IBGE (2017), apontam para um percentual de 5 a 6% de contribuição ao PIB, isso por sua metodologia de análise limitarem-se apenas aos dados referentes a agricultura, indústria (alguns apenas) e serviços, principalmente os que estão mais próximo à produção agrícola, ou melhor, o IBGE tem como parâmetro os serviços e produção de “dentro da porteira” Já os cálculos realizados pelo Cepea abrange uma análise mais ampla, considerando informações e dados secundários oficiais do IBGE para mensurar o PIB do agronegócio, ou seja, considera também atividades de outros setores de atividades, como os da indústria e serviços tanto a montante como a jusante, passando a equivaler com 25 e 30% segundo o Cepea.

“Se o objetivo é saber a dimensão da atividade agropecuária, ou da produção “dentro da porteira”, o número adequado é o do IBGE, que indica que esse setor representou em média 4,8% da economia na média de 1995 a 2021. Se o objetivo é saber a dimensão das cadeias como um todo, ou do agronegócio, deve-se recorrer ao número do Cepea – também média de 1995 a 2021, o agronegócio respondeu por 23% da economia (CASTRO, 2022 p.2).

Nesse sentido, é notório que comumente os dados divulgados sempre são os que englobam todo da cadeia produtiva do agronegócio, e, obviamente, esses números se mostram com grande destaque e ecoam uma produção exitosa, mas que não reflete a realidade. E mais recentemente, campanhas publicitárias do agronegócio, engajadas na tentativa de aproximá-lo

das populações do campo. Buscando o distanciamento da ideia de produtores de commodities passam a utilizar um novo slogan: “Agro de gente pra gente”. (G1, 2023).

Trilhando a perspectiva de modernização do campo, Oliveira (2003, p. 112) atesta que, o agronegócio moderniza o país, mas, a produção de *commodities*<sup>2</sup> torna a nação mais dependente de importações de bens primários que antes eram amplamente produzidos em território nacional, a exemplo do trigo e leite, e outros. O autor ressalta a contradição estabelecida neste cenário, “quem produz, produz para quem paga mais”, conforme a demanda do mercado externo. Esse fenômeno torna o país mais vulnerável em razão da produção voltada em garantir uma balança comercial favorável, mas que deixa de produzir alimentos que garantem a soberania alimentar da população brasileira.

A roupagem de “modernidade” que reveste o agronegócio, escamoteia diversos problemas advindos do seu desenvolvimento e expansão no campo brasileiro. Apresentam-se como um setor de alta eficiência produtiva e responsáveis por alimentar a população. Como elucidada Martins (1975, p. 33) que analisa que a economia brasileira de hoje não se distancia de suas raízes calcadas em uma economia puramente escravista, produzindo para o mercado, produzindo mercadorias, e assentada em relações de produção não capitalistas.

Sem dúvidas, em todos os cantos do Brasil, dificilmente encontraremos alguém que não tenha ouvido a tão divulgada propaganda da rede televisiva brasileira, Globo, que “O Agro é Tech, o Agro é Pop, o Agro é tudo”, o claro objetivo da propagando é construir o consenso na sociedade brasileira que, o setor do “agro” (como passa a ser intitulado mais recentemente) assegura a economia nacional é responsável pela “riqueza do Brasil”.

A soja, tanto no contexto mundial, como nacional, está inserida como umas das principais culturas em crescente expansão, utilizando-se de investimentos e incentivos, tanto privados como estatais, para figurar neste cenário. Assim, cada vez mais a palavra da vez é “agronegócio”, produzindo “commodities”, detentor de uma cadeia produtiva bastante integrada internacionalmente, a partir de suas exportações. Como expressam os dados do Cepea – USP (BARROS, 2022), as exportações do agronegócio aproximam-se da metade do total brasileiro, tendo como principal parceiro comercial a China, adquirindo cerca de 37% da produção da soja brasileira, e em segundo lugar, figura a União Europeia, comprando 15% da produção do País. Desse modo, o campo brasileiro passa a ser transformado em um verdadeiro “quintal do mundo”. Isso é fato. O Brasil é um fornecedor de matéria-prima aos países de

---

<sup>2</sup> Conforme definição de Alentejano (2020), o termo commodity significa mercadoria. Produtos primários ou semi-industrializados com padrão e cotação de preços no mercado mundial, sendo negociados em bolsa de valores e mercados futuros, no caso das commodities agrícolas são negociadas na Bolsa de Alimentos de Chicago (EUA).

primeiro mundo, conseguindo, assim, perpetuar o mesmo tripé do período Brasil-colônia: latifúndio, monocultura e exportação.

Conforme aponta Mitidiero e Goldfard (2021), o hegemônico discurso propalado pelo agronegócio, com amplo apoio do rádio e televisão, juntamente com apoio do poder político no Legislativo e Executivos, presença dentro de universidade e institutos de pesquisa possibilitaram a construção da ideia de que, este setor é o responsável e “salvador” da economia brasileira.

Assim, como atesta Oliveira (2016), há muita propaganda enganosa no uso midiático desse conceito. Inflam-se dados estatísticos do chamado agronegócio, o que dá a ele uma importância que de fato não tem. O agronegócio desfruta de uma fase midiática propícia, buscando apenas manter-se como beneficiário dos recursos do fundo público. Para o referido autor, o agronegócio não é o responsável pelos maiores indicadores de divisas comerciais do País. Trata-se apenas de um discurso ideológico visando criar um imaginário social de riqueza, que advoga pela não necessidade de reforma agrária no País.

Para Canuto (2012), os avanços tecnológicos do agronegócio que o caracterizam como face moderna, trata-se, na verdade de uma “Modernização conservadora”, isso devido a todo avanço tecnológico não representar mudança na estrutura agrária brasileira, muito menos nas relações de trabalho e produção no campo. Mas sim, concentra mais terra, renda e relações de trabalho cada vez mais precarizados.

A formação hegemônica do pensamento a partir da monocultura é difundida no contexto atual como se o saber tradicional fosse o retrato do atraso/arcaico e o moderno surge como forma de renovação. Isso nos leva a analisar que é forjado a padronização do pensamento. Como analisa Shiva (2003), a forma de colonização intelectual ou monocultura mental, ocasiona uma verdadeira devastação da sabedoria milenar dos povos. A tentativa de apagamento de culturas milenares se faz necessária para a disseminação do conceito científico Ocidental como modo de produção dominante: “O desaparecimento do saber local por meio de sua interação com o saber ocidental dominante acontece em muitos planos, por meio de muitos processos. Inicialmente fazem o saber local desaparecer simplesmente não vendo, negando sua existência” (SHIVA, 2003 p. 21).

O processo de negação do conhecimento tradicional se faz presente no campo, pois torná-los invisíveis aos olhos da sociedade é primordial para a desconstrução e desvalorização da produção camponesa. Associar a produção camponesa à produção do agronegócio faz parte do projeto político-econômico do país para o apagamento do conhecimento tradicional camponês, tornando-o obsoleto.

Além de tornar o saber local invisível ao declarar que não existe ou não é legítimo, o sistema dominante também faz as alternativas desaparecerem apagando ou destruindo a realidade que elas tentam representar (SHIVA, 2003 p. 25).

A “eficiência” do agronegócio se dá a partir da ocupação de extensas áreas, o que antes era ocupada pelo latifúndio improdutivo, passa a dar lugar a produtividade de grãos. Sua alta eficiência na produção conta com forte utilização de insumos agrícolas. O Brasil passa a ser um grande consumidor de agrotóxicos, e alguns extremamente nocivos e perigosos tanto à saúde como ao meio ambiente. O uso indiscriminado de agrotóxicos nas lavouras de monocultura é extremamente prejudicial ao meio ambiente e a todos os seres vivos. São venenos que, em diversos países, foram proibidos devido à sua toxicidade à saúde humana e ao meio ambiente. Em 2020, o número de agrotóxicos liberados cresceu 4% em relação ao ano anterior, somando 493 pesticidas autorizados para uso nas lavouras de monocultura.

O agronegócio, ocupando 77% das terras agricultáveis, emprega 18,9 milhões de pessoas no campo. As projeções apontam para um aumento de apenas 10% desse percentual (Cepea/Esalq/USP, 2021). Desse modo, constata-se que a agricultura camponesa, mesmo tendo em suas mãos apenas 23% de estabelecimentos agropecuários, conseguem ocupar abundantemente a população do campo brasileiro.

Conforme dados do Atlas do Agronegócio, desenvolvido pela Fundação Heinrich Boll (Santos, 2018, p. 15), a produção brasileira de *commodities* agrícolas está vinculada a conglomerados de estrutura verticalizada, que controlam do plantio à comercialização, sendo eles: SLC Agrícola (404 mil ha), Grupos Golin/Tiba Agro (300 mil ha), Amaggi (252 mil ha), BrasilAgro (177 mil ha), Eadecoagro (164 mil ha), Terra Santa (156 mil ha), Grupo Bom Futuro (102 mil ha), e Odebrecht Agroindustrial (48 mil ha), algumas das empresas que exploram o mercado de terras, tanto para produção de *commodities* quanto para especulação financeira.

Ainda nesse sentido, o Atlas denuncia que o avanço da fronteira agrícola se dá especialmente no bioma Cerrado, o qual atualmente apresenta profundos estágios de destruição e perda de sua biodiversidade. Conforme dados publicados pelo INPE (Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais), entre 1 de janeiro e 31 de agosto de 2021 foram destruídos 3.774 km<sup>2</sup> de vegetação natural, um aumento de 25% em comparação ao mesmo período no ano de 2020. O ano de 2021 entrará para o *ranking* dos anos recordes em desmatamento do Brasil. Somente no mês de agosto/2021 foram desmatados 433 km<sup>2</sup> de vegetação natural.

Para a aquisição de terra pela agricultura capitalista, é realizada a compra antecipada da renda da terra, o que traz consigo a prevalência da grande concentração, uma característica

desse sistema de produção. Segundo Oliveira (2007), quanto maior a concentração de terra, maior será o poder de extração de mais-valia em forma de renda da terra. Sendo assim, quando os grandes capitalistas investem na compra da terra, investem não somente na intenção do lucro como também na intenção de deter áreas para especular, como uma reserva de valor.

Pensar em desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro é saber que ele se faz de modo contraditório e desigual, sujeitando o camponês ao assalariamento e desenvolvendo a agricultura capitalista, mas mantendo a produção camponesa.

Como considera Fabrini (2008 p. 36), o agronegócio é compreendido como grande propriedade rural produtiva, mas que deve ser precedido como responsável pela pobreza, miséria, degradação ambiental, violência e outros problemas presentes no meio rural. Segundo Oliveira (2003), o agronegócio apresentado como modernidade ao campo brasileiro esconde o “velho” caráter especulativo da agricultura capitalista. Pois, paralelamente a este processo encontram-se a concentração de terra e superexploração do trabalho.

Sendo assim, é notório as contradições presentes no meio rural. Primeiramente com o discurso de produtividade da agricultura capitalista, como responsáveis pela produção de alimentos, mas produzem *commodities*, principalmente, destinada ao abastecimento do mercado externo. Seguem como grandes concentradores de terras e riquezas; aparados pelo grande marketing midiático de serem a face moderna no campo, mas que escamoteia mazelas e a dita modernização se restringe a uma pequena parcela da população. Enquanto isso, aos demais, restam as consequências negativas, como danos ambientais, falta de oportunidades de emprego, a perda de suas terras tradicionais, dentre outros conflitos enfrentados.

Portanto, torna-se evidente que o espaço rural “desenvolvido e moderno” que a agricultura capitalista diz ser responsável, condiz com uma modernização restrita a poucos. Somente os partícipes dessa cadeia produtiva tem acesso a tais avanços. Para a outra grande parcela da população só restante os prejuízos ambientais, depreciação do trabalho, da cultura local, poluição etc., ou seja, somente o ônus do processo produtivo da agricultura capitalista, tornando a produção pela agricultura camponesa um desafio diante do avanço capitalista no campo.

### **Desafios de uma Agricultura Camponesa na microrregião do Alto Pantanal.**

A microrregião do Alto Pantanal integra a mesorregião Centro-Sul de Mato Grosso, com 141.002 habitantes, detentora de uma área de 53.359 km<sup>2</sup>, e densidade média 2,6 hab./Km<sup>2</sup>, segundo dados do IBGE (2010). O Alto Pantanal mato-grossense é formado pelos municípios de Cáceres, Curvelândia, Poconé e Barão de Melgaço.

A produção de soja em Mato Grosso tem cada vez mais apresentado um crescimento acelerado. O Estado comercializou 83,59% dos 45.316 milhões de toneladas de soja produzida na safra de 2022/23 até julho, conforme dados publicados pelo Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária (IMEA, 2023). E, como demonstram os dados, Mato Grosso já comercializou 21,11% produção previstas para os anos de 2023/24, por meio da chamada comercialização antecipada, prática adotada que consiste em vender a safra antes mesmo da colheita, com contratos futuros e/ou acordos comerciais. A China, um dos maiores consumidores da produção sojicultora, comprou aproximadamente 60 milhões de toneladas, o equivalente a 73,2% desse total (PAM, 2020 IBGE).

Mais recentemente, datando de 2015/2016, a produção monocultora é inserida nos municípios *lócus* desta pesquisa, passando a operar com forte aporte de inovações tecnológicas e investimentos público. É pertinente salientar que, os dados analisados serão apenas as informações dos municípios de Cáceres e Poconé, devido, estes apresentarem dados expressivos de produção sojicultora, e, inseridos nesse contexto de agricultura capitalista, assentamentos de reforma agrária, produzindo basicamente a partir da agroecologia.

A economia de ambos os municípios é ancorada basicamente na pecuária bovina, turismo ecológico, agricultura de subsistência e extrativismo mineral, como demonstra o Plano Diretor destes municípios. Com uma estrutura agrária altamente concentrada, formada por 3.530 estabelecimentos agropecuários em Cáceres, sendo, 85% formados pela pequena propriedade. Ou seja, são 3007 propriedades familiares que vivem e partilham o território cacerense. Do total de propriedades, 325 (9%) são de médias e 198 (6%) estabelecimentos agropecuários, são constituídos por grandes propriedades (IBGE 2017). Os parâmetros de análise das áreas são a partir das explicações de Kudlavicz (2010, p. 95) que classificada os estabelecimentos como pequenos, sendo: os de 1 a menos de 200 hectares. As propriedades compreendidas como médias são de 200 a menos de 1.000 hectares e os grandes estabelecimentos agropecuários são os que têm acima de 1.000 hectares. O referido autor tem por base de classificação a Lei 8.629/1993, que define a pequena propriedade, a qual pode variar em até 4 módulos fiscais; a média, acima de 4 até 15 módulos fiscais; e a grande, acima de 15 módulos fiscais.

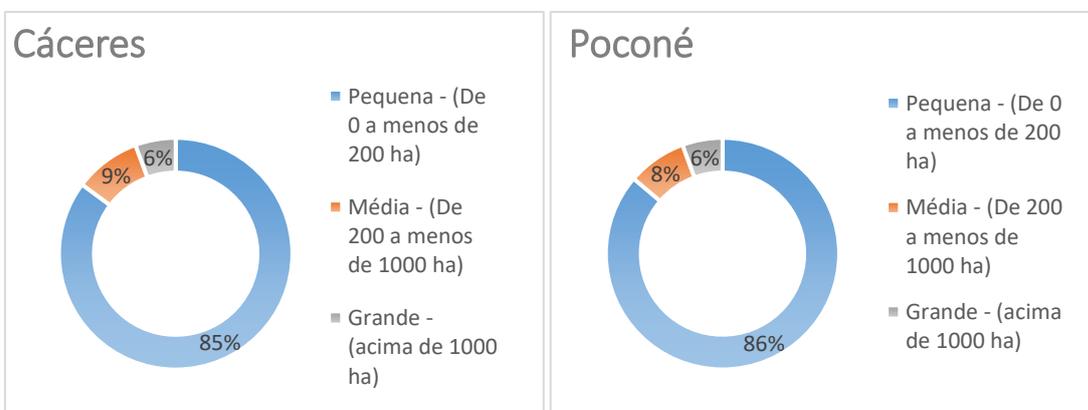
Essa situação permanece inalterada em relação à realidade brasileira, conforme observado por Silva (1981, p. 33), ao analisar a estrutura fundiária do País, caracterizada por uma marcante concentração da propriedade da terra. Ressaltando que, enquanto algumas propriedades se apossam da maior (e provavelmente a melhor) fração da área territorial,

numerosas pequenas unidades disputam irrisórias áreas, que mal permitem ao produtor e sua família realizar uma produção que supra as necessidades.

A produção camponesa, enfrenta uma série de dificuldades, antes e após a aquisição da sua área de produção e morada. Primeiramente, ao se estabelecerem em seus lotes, como visto, estão quase sempre em pequenas áreas. Em Cáceres, a concentração de terra pela grande propriedade se encontra sob domínio de poucos proprietários, a exemplo de uma área de 105.100,4629 hectares ser apenas uma propriedade, o que representa ocupar cerca de 4,0% do território cacerense. Situação que contrasta com áreas de 50 a menos de 100 hectares estarem sob domínio de 660 proprietários, ocupando área de 47.143,5806 hectares, equivalendo a 1,8% do território ocupado, área muito inferior à ocupada por apenas um proprietário como citado acima. É evidente a discrepância entre a área das grandes propriedades em relação às pequenas propriedades de produção camponesa.

A mesma situação se repete em Poconé. São 142 propriedades agropecuárias, consideradas grandes propriedades, representando a ocupação de 6% do total. As propriedades médias somam 209, equivalente a 8%, enquanto a pequena propriedade são 2.196 (86%) do total de propriedades agropecuárias neste município. Conforme exposto, analisa-se que, o maior número de propriedades são as pequenas, de produção familiar camponesa. A realidade se revela ao analisar uma área de 159.175,7721 hectares no município está dividida em apenas 2 estabelecimentos agropecuários, ocupando um percentual de 9,4% do território. Contrastando com o número de estabelecimentos de 25 a menos de 50 hectares. São 278 estabelecimentos ocupando um total de 9.568,0874 hectares, uma porção correspondente a 0,5% de todo território, ressaltando a grande disparidade existente na estrutura fundiária destes municípios. Como é possível evidenciar, é muita terra na mão de poucos.

Gráfico 01: Número de estabelecimentos agropecuários em Cáceres e Poconé.



Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2017.  
Org.: LOIOLA, 2023.

Nesse sentido, reportando-se à Oliveira (2003, p. 186) que avalia a estrutura fundiária do País e a compreende como paradoxal, desenvolvida em sua dupla face “uma modernidade no verso e outra atrasada no reverso”, que em outras palavras também podem ser descritas como uma modernidade que carrega o atraso em suas entranhas. Salientando que a concentração fundiária possui características *sui generis* na história mundial e que em nenhum momento da história da humanidade houve propriedades privadas com a extensão das encontradas no Brasil.

Desse modo, analisando os dados do IBGE (2017), é possível observar a dimensão do que relata Oliveira, conforme citação acima. A quantidade de estabelecimentos agropecuários em cada município, é também evidenciada pelo elevado nível de desigualdade. A concentração fundiária, segundo dados censitários, ainda apresenta alto grau de concentração de terras no País, mantendo-se quase inalterada entre os anos de 1985 e 2006 e, crescimento nos últimos levantamentos realizados. Segundo o censo Agropecuário de 2017, o índice de desigualdade apresentado no campo é de 8,67 pontos, índice mais elevados entre os registrados nas pesquisas anteriores, sendo respectivamente: 0,854 em 2006, 0,856 entre os anos de 1995-1996 e 0,857 em 1985. (IBGE, 2020).

Como evidenciam Rossetto e Girardi (2012), que avaliam a concentração fundiária presente nos municípios que integram o Pantanal mato-grossense, esta região é uma das que mais apresenta concentração de terra em relação as demais que regiões que compõem o País. Os referidos autores analisam que, em 2006, a área dos estabelecimentos camponeses correspondia a apenas 2,1% da área total dos estabelecimentos, enquanto os estabelecimentos capitalistas detinham uma área total de cerca de 96% das terras.

Em Cáceres são 479 estabelecimentos que recebem assistência técnica e 3.038 não recebem assistência técnica e/ou qualquer tipo de orientação na agricultura, ou criação de animais. Esses valores em Poconé são um pouco menores, representados por 200 estabelecimentos que recebem assistência técnica e 2.349 que não recebem. O recebimento e não recebimento de ajuda/orientação técnica à produção torna o campo mais. Em ambos os municípios de pesquisa são recorrentes os relatos de que, em grande maioria, não recebem nenhum tipo de assistência técnica para o plantio, alguém relatam já terem solicitado, mas nunca obterem retorno ou que nunca nem tentaram fazer essa solicitação de auxílio:

Assistência técnica eu pedi pro cara da Empaer vir aqui ver minha plantação para orientar em que tipo de adubo eu poderia melhorar minha plantação. Paguei 80 reais pra ele vir aqui avaliar e ele nunca mais voltou para falar nada. Veio, avaliou, não disse nada, disse que voltaria e nunca mais (Assentado em Cáceres, 2021).



Uma microrregião que detém uma estrutura fundiária altamente concentrada também apresenta níveis distintos da mecanização das áreas agrícolas. O acesso a tratores, semeadeiras, colheitadeiras, dentre outros maquinários de grande porte se restringem mais a grandes propriedades devido à alta demanda por mecanização.

Tabela 10 – Máquinas agrícolas em Cáceres e Poconé

<b>Implementos agrícolas</b>	<b>Cáceres</b>	<b>Poconé</b>
Tratores	794	324
Semeadeiras/Plantadeiras	167	50
Colheitadeiras	17	11
Adubadeiras e/ou distribuidoras de calcário	107	59

Fonte: IBGE, 2017 Org.: A autora, 2022

Como esclarece Silva (1981, p. 30), as políticas de estímulo a modernização não atingem efetivamente as pequenas unidades agrícolas, principalmente as que se dedicam a produção de gêneros alimentícios de primeira necessidade. Assim, é recorrente os relatos de camponeses que se veem impossibilitados de adquirir grandes equipamentos para desempenhar o trabalho em pequenas áreas. Além disso, o temor pelo endividamento paira nos relatos.

O caminho da tecnificação coloca, necessariamente, os pequenos produtores na concorrência intercapitalista, tanto no mercado de produtos como no de insumos. E a sua capacidade de sobrevivência passa a ser determinada pela competição intercapitalista nesses mercados. É uma “corrida” cujo ritmo é dado pela acumulação e, por mais que corram, são poucos os que conseguem ao menos manterem-se no mesmo lugar, ou seja, sobreviver como pequenos produtores. A maioria, em situação já desfavorável desde a partida, vai ficando relativamente para trás até que se veja obrigada a abandonar a corrida, confirmando, assim, o caráter excludente da modernização capitalista do campo. (SILVA, 1999 p. 59).

O avanço contínuo da mecanização na agricultura capitalista, visando aprimorar sua eficiência e produtividade, resulta no aumento da demanda por uma mão de obra cada vez mais tecnificada. Esse cenário, por sua vez, amplifica os níveis de desigualdade e desemprego, exacerbando a falta de qualificação da população local. Como aponta Schlesinger (2014), é notório que a preocupação em capacitar os moradores locais foi negligenciada; em vez disso, os produtores optam por trazer trabalhadores de suas propriedades localizadas em outras regiões. Esse enfoque, por sua vez, não contribui para elevar as taxas de emprego na localidade.

Como atesta os dados do Censo Agropecuários de 2017, que evidencia o número de estabelecimentos agropecuários em Cáceres com pessoal ocupado com laço de parentesco com o produtor por unidade, são 6.621, desse total 4.959 estão empregadas em unidades da agricultura familiar (75%) e 1.618 (25%) ocupadas em estabelecimentos de agricultura

capitalista. Em Poconé, das 5.202 pessoas ocupadas com laço de parentes com o produtor, 3.469 (67%) são na agricultura familiar e 1.725 (33%) na agricultura capitalista. Corroborando assim com a tese de que a maioria do pessoal ocupado está concentrada na agricultura familiar camponesa, gerando renda para a familiar no campo.

As mudanças na dinâmica econômica, transformando região com forte presença da pecuária bovina e produção camponesa, trazem consigo o discurso da produção monocultura da soja como sinônimo do progresso e crescimento econômico em uma região considerada “arcaica/atrasada”, isso por se diferir das demais microrregiões mato-grossenses, principalmente as voltadas quase que exclusivamente para a produção de grãos. Contudo, não se leva em consideração que estes são dois municípios que fazem parte do contexto histórico de surgimento do Estado, e que estão presentes preceitos produtivos camponeses que visam preservar esta história.

Nas últimas duas décadas, os municípios de Cáceres e Poconé, que apresentam, ao longo de sua formação histórico-geográfica, a pecuária como principal força econômica, vivencia um movimento de reestruturação e transformação socioespacial em função do avanço da monocultura da soja, promovida por latifundiários pecuaristas e grandes empresários capitalistas neste território como o vetor propulsor do desenvolvimento.

Observam-se as contradições estabelecidas no território do Alto Pantanal mato-grossense, em que, de um lado, estão os grandes estabelecimentos agrícolas, detentores das maiores extensões de terras na região, voltadas ao ramo do agronegócio sojicultor e criação de gado; e de outro lado estão, camponeses e comunidades tradicionais, buscando sua reprodução social e econômica, valorizando o uso da terra e dos recursos naturais para sobrevivência, bem como a manutenção da integridade do ambiente pantaneiro.

Os desafios presentes nesta região são encontrados em decorrência da contraditória e desiguais formas de se conceber a terra e produzir. São agricultores camponeses que buscam produzir de maneira mais sustentável, inseridos em assentamentos de reforma agrária, aos arredores de estabelecimentos agrícolas voltados a produção de *commodities*. Desse modo, frequentes são os casos de contaminação do solo, água e ar por defensivos agrícolas. Conflitos presentes também são os crimes de grilagem de terras, intimidações e atendados com a vida de populações tradicionais assentadas evidenciados nesta região. O medo e a insegurança pairam a realidade cotidiana daqueles que buscam a terra para sobreviver, reflexo de uma estrutura fundiária altamente concentrada.

A produção monocultora limita-se basicamente em fazendas ligadas ao ramo do agronegócio sojicultor. Os itens que compõem a produção de alimentos se concentram em boa

parte nos estabelecimentos de agricultura camponesa, com expressiva e importante produção de alimentos, fundamentais soberania alimentar da população local, como: produção de abacaxi, abóbora, arroz, batata, cana-de-açúcar, feijão, mandioca, milho, melancia, tomate e outros. A produção proveniente da agricultura camponesa, no geral, é comercializada em feiras e mercados da região. A produção de soja é desenvolvida, exclusivamente, pela produção capitalista e em grandes estabelecimentos agropecuários, destinadas ao abastecimento do mercado mundial.

O avanço do monocultivo na região torna cada vez mais a reprodução da vida camponesa desafiadora, pois as consequências e dificuldades enfrentadas por pequenos agricultores familiares são vivenciadas cotidianamente. Um território de forte vínculo camponês passa a conviver com a uma distinta e nociva forma de produção, que acentua mazelas trazidas pelo sistema monocultor. Em matéria publicada pelo jornal *Le Monde Diplomatique Brasil*, por Coll (2021 p. 1), revela um “*Pantanal camponês ameaçado pelo agronegócio*”, evidenciando problemas enfrentados pelos camponeses da Comunidade Zé Alves, em Poconé. E uma das dificuldades relatadas é devido ao uso intensivo de agrotóxicos, despejados nas fazendas de soja, dificultando a produção da comunidade. São 12 famílias de agricultores familiares que buscam uma renda mensal familiar, por meio da produção de subsistência e extrativismo da castanha de cumbaru destinada à comercialização entre a população da região.

A entrevista jornalística feita pelo jornal, cita a realidade camponesa dos que vivem na comunidade desde a década de 1970, evidencia as dificuldades enfrentadas devido à proximidade de fazendas que fazem uso massivo de agrotóxicos. Os moradores relatam que há conexão direta entre o aumento do ataque de pragas e a expansão das lavouras de soja. Os agricultores camponeses da Comunidade Zé Alves relatam utilizar produtos caseiros para o combate de pragas nas plantações e avaliam que o uso intenso de agrotóxico nas lavouras de soja atrai insetos para suas plantações. Camponeses denunciam o propósito consciente de tornar o local difícil para se viver, de maneira que o latifúndio consiga expandir suas terras sobre terras camponesas (COLL 2021, p.2).

Nós estamos sofrendo, mas conseguindo resistir através das organizações. As famílias isoladas estão sendo engolidas pelos fazendeiros. A pressão é grande do latifúndio. O propósito do latifúndio é oprimir, comprar a preço de banana as pequenas propriedades. Já têm comunidades que foram esvaziadas e estão sendo atacadas pelo veneno que passa de aviãozinho. (COLL 2021, p.2).

Como mostra a entrevista, são famílias que convivem neste novo cenário, próximos de suas residências, com grandes lavouras produtoras de *commodities* e que ainda são

contaminadas pelo uso indiscriminado de pesticidas e inseticidas na produção. São camponeses que atestam a dificuldade de produzir gêneros alimentícios livres de defensivos agrícolas trazidos pelo vento, pela água ou por acidentes aéreos com o uso de aviões pulverizadores.

Em dezembro de 2020, a FASE publica um relatório sobre “Agrotóxicos e violações de direitos humanos: comunidades rurais pulverizadas em Mato Grosso” que evidencia comunidades quilombolas ilhadas pelo agronegócio no município de Poconé. O relatório atesta que somente no ano de 2019 foram utilizados aproximadamente 102.052,90 kg/lt de agrotóxicos. Dentre a lista de defensivos utilizados, em sua maioria são altamente tóxicos e acarretam graves problemas na saúde humana e bem-estar do meio ambiente.

A contaminação por agrotóxico afeta também comunidades camponesas no território cacerense. O assentamento Facão relatam situação de contaminação por agrotóxicos utilizados na Fazenda Agropecuária Grendene, localizada próximo a dois assentamentos (Facão e Cinturão Verde) rurais de produção camponesa.

Quando o avião com o veneno para pulverizar a soja da Grendene passou em cima da plantação e matou tudo que estava plantado, em dois três dias estava tudo morto. Aí quando aconteceu isso, trouxemos no Ministério Público e a Grendene indenizou, e eles calaram a boca, aí o MP disse que eles não poderiam mais plantar soja ali e eles mudaram mais pra baixo e jogaram semente de capim, mas amanhã ou depois eles vão plantar novamente ali, porque eles estão trabalhando pra isso. Perdemos bananeira e bananeira não morre tão fácil e morrerem em uma semana (Assentada de Cáceres, 2021).

A produção camponesa se desenvolve a partir das atividades associadas as atividades voltadas a produção de alimentos, artesanatos, extração de castanhas de cumbaru, produção de farinha, rapadura, banana chips, dentre diversas outras variedades advindas das comunidades rurais camponesas, produzidas de modo agroecológico. Segundo Altieri (2004), a produção agroecológica é o contraponto do capitalismo agrário, e a utilização dos recursos naturais disponíveis de forma consciente, levando em consideração a garantia e preservação desses bens naturais. Propondo uma forma de produção equilibrada e em consonância com o meio ambiente. Esta produção busca utilizar o que está disponível na natureza sem alterar seu curso natural de vida.

Portanto, é necessário fortalecer o debate quanto ao uso e formas de acesso à terra diante da histórica e desigual distribuição no país. Os camponeses, em sua maioria, têm acesso limitados a recursos fundamentais que garantem sua sobrevivência e autonomia na terra, como: disponibilidade hídrica, acesso a créditos, escoamento da produção, dentre outros. São baixos os investimentos em melhorias para agricultura camponesa, afetando diretamente a produção de alimentos e permanência de populações camponesas no campo mato-grossense. E, por fim,

como ressalta Oliveira (2007, p. 40): “sabe-se bem que a sobrevivência é o limite para a produção camponesa no campo, e não o lucro médio”.

Reportando-se a Shanin (*apud* Paulino e Almeida, 2010), os camponeses são detentores de grande conhecimento e sabedoria, muito tem a ensinar. São homens e mulheres que vivem e convivem com o ambiente natural e passa a compreender cada detalhe, seus ciclos e sempre prezando pelo respeito a todo o ambiente natural e social podem nos ensinar uma variedade de coisas que nós não sabemos. (Shanin, 2008 *apud* Paulino e Almeida 2010, p. 20).

Os desafios enfrentados pelos camponeses para continuarem a existir e resistir ao avanço implacável da produção capitalista no campo tem cada vez mais se mostrado viva nos assentamentos de reforma agrária da região. Em distintos locais dos municípios analisados pode-se depreender que os anseios e desafios se repetem. São assentamentos distantes, com estradas em precárias situações, lotes das famílias quase sempre pequenas áreas e que mesmo diante das dificuldades seguem produzindo e comercializando o excedente desta produção. São pequenas unidades produzindo verduras, legumes, gêneros alimentícios diversos e criando animais para geração de renda à família. Estes são alguns dos desafios presentes na microrregião do Alto Pantanal mato-grossense.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura camponesa desempenha uma papel crucial para assegurar a soberania alimentar da população, mas enfrenta diversos desafio para se estabelecer/desenvolver na terra. A concentração fundiária ou o desigual acesso têm dificultado cada vez mais a permanencia no meio rural populações camponesas. São grandes áreas nas mãos de poucos, resultando na formação de grandes latifúndios, antes tido como grandes áreas improdutivas, que na atualidade dá espaço a produtividade de grão voltada ao abastecimento do mercado externo.

O modo de produção capitalista, amplamente respaldados pelos meios de comunicação, tende a construir o imaginário popular a ideia de que são os responsáveis por alimentar a nação. Ao priorizarem a produção de grãos, tornam a atividades camponesa ainda mais desafiadora. Isso, devido a discrepante distribuição de terra. Desde a Lei de Terra de 1850, o Brasil estabelece que a compra é o meio de acesso à terra, nesse sentido, são milhares de camponeses descapitalizados sem condições de estabelecer a efetiva compra. Então, aqueles que têm mais recursos são os que podem adquirir mais terras.

Além disso, camponeses lidam cotidianamente com situação conflitantes e desafiadoras. A dificuldade de acesso a políticas públicas eficientes destinadas a auxiliar na produção, como o apoio e orientações técnicos voltadas a eficiência na produção a partir de órgãos

especializadas em fornecer este suporte. Desafios enfrentados pela alta mecanização do campo, uma modernização que não atinge a todos e dificulta o acesso ao mercado de trabalho para muito camponeses, principalmente pela necessidade de qualificação profissional, que nem sempre condiz com a realidade e modo de vida camponesa.

A produção agroecológica, livre de venenos e fertilizantes, torna quase impossível se ser desenvolvida devido grande parte dos assentamentos estarem circundados por grandes propriedade produtoras de *commodities*. Casos de intoxicação por agroquímicos são recorrentes na área estudado. Situações de desrespeito a legislação vigente que determina distância mínima da área agrícola de comunidades locais.

Os assetamentos de reforma agrária representam uma alternativas de minimizar os problemas agrários proporcionando um retorno digno aos camponeses. A luta pela terra se faz como forma de reivindicar o direito regido pela Constituição Federal. É notória a injusta e discrepância existente entre agricultura capitalista e agricultura camponesa. Faz-se necessária a efetiva fiscalização do uso de defensivos agrícolas que podem causar danos graves a vida. É preciso estabelecimento de parcerias, soluções conjuntas e promoção de políticas públicas mais inclusivas e participativas com a população em geral. Ampliar o debate e conscientização quanto a produção de alimentos de modo harmônico com o meio natural se faz cada vez mais necessário, e só poderá ser possível com os devidos cuidados e investimentos voltados às populações camponesa.

## REFERÊNCIAS

## REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, P. R. **As políticas do Governo Bolsonaro para o campo: A contrarreforma agrária em marcha acelerada.** Revista da ANPEGE. v. 16, nº. 29, p. 353 – 392, 2020.

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável.** 4. ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

BARROS, G. A. de C. **Perspectivas para o agronegócio em 2022.** Disponível em: <http://app.cepea.org.br/s/?14890.29565.1334050.0.11.63447.9.212070689.0.10.0.0.22853.0.0.c6665>. Acesso 10 de jan. 2022.

BRASIL, Decreto de nº 6040, de 7 de fevereiro de 2007. **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm). Acesso em 23 de ago. de 2023.



CANTO, A. **Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade.** Revista NERA, 2012. (5), 1–12.

CASTRO, N. R. **Afinal, quanto o agronegócio representa no PIB brasileiro?** CEPEA Esalq/USP. 2022. Disponível em:

01995%20a%202021.>. Acesso em 11 de set. 2023.

CEPEA/ESALQ/USP. **Mercado de Trabalho/CEPEA: em 2021, população ocupada no agronegócio atinge maior contingente desde 2016.** Disponível em: <

COLL, L. **O Pantanal camponês ameaçado pelo agronegócio.** Le Monde Diplomatique Brasil. 2021. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/outrasmidias/o-pantanal-campones-ameacado-pelo-agronegocio/>> Acesso em 28 jun. de 2022.

FABRINI, J. E. **A posse e a concentração privada de terra no Sul de Mato Grosso do Sul.** In: ALMEIDA, R. Ap. de (Org.). A questão agrária no Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar. Campo Grande – MS: Ed. UFMS, 2008.

FASE – MT. **Agrotóxicos e violações de direitos humanos: comunidades rurais pulverizadas em Mato Grosso.** Cuiabá – MT, 2020. Disponível em: <[https://fase.org.br/wp-content/uploads/2020/12/cartilha\\_agrotoxico\\_final.pdf](https://fase.org.br/wp-content/uploads/2020/12/cartilha_agrotoxico_final.pdf)>. Acesso em 17 de ago. 2023.

FAVARETO, A. **Sete mitos mostram que o agro é importante, mas não é tudo.** *Le Monde Diplomatique Brasil.* Disponível em: <https://diplomatique.org.br/sete-mitos-mostram-que-o-agro-e-importante-mas-nao-e-tudo/>. Acesso em 26 de jul. de 2023.

FERNANDES, B. M.; WELCH, C. A. **Campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil.** In.: FERNANDES, B. M. (org.) Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

G1 – Globo Portal de Notícias. **Agro de gente pra gente.** Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/agro-de-gente-pra-gente/playlist/videos-agro-de-gente-pra-gente.ghtml>. Acesso em 20 de set. 2023.

IMEA. **Soja.** Disponível em: <<https://www.imea.com.br/imea-site/indicador-soja>>. Acesso em 15 de ago. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário Brasileiro de 2010.** Rio de Janeiro.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário Brasileiro de 2017.** Rio de Janeiro.



KUDI AVICZ, M. **Dinâmica agrária e a territorialização do complexo celulose/papel na microrregião de Três Lagoas**. 2010. 177 f. Dissertação (Mestre em Geografia). Programa de Pós-graduação- Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Três Lagoas. 2011.

MARTINS, J. de S. **Capitalismo e Modernidade: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**. São Paulo. Pioneira, 1975.

MITIDIERO, M. A. Jr.; GOLDFARD, Y. **O agro não é tech, o agro não é pop e muito menos tudo**. São Paulo: ABRA, 2021. Disponível em: <<https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/18319-20211027.pdf>>. Acesso em: 10 de jul. 2023.

OLIVEIRA, A. U. de. **Modo de Produção Capitalista, agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

\_\_\_\_\_. **Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil**. Terra Livre, ano 19, v. 2, n. 21. São Paulo, 2003 p. 113 – 156.

\_\_\_\_\_. **A mundialização da agricultura brasileira**. São Paulo: Editora Iandé, 2016, 545p.

PAM - **Produção Agrícola Municipal** — IBGE; 2020. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/66/pam\\_2020\\_v47\\_br\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/66/pam_2020_v47_br_informativo.pdf)>. Acesso de 24 de ago. de 2023.

PAULINO, E. T.; ALMEIDA, R. A. de. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo**. 1 ed. Expressão Popular. São Paulo, 2010.

ROSSETTO, O. C.; GIRARDI, E. P. **Dinâmica agrária e sustentabilidade socioambiental no Pantanal brasileiro**. Revista Nera ano 15, nº 21 Presidente Prudente. Jul – dez/2012, pp. 135 – 161.

SANTOS, M. GLASS, V. (Org.). **Atlas do agronegócio: Fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Heinrich Boll Stiftung. Fundação Rosa Luxemburgo. 2018.

SCHLESINGER, S. **Pantanal por inteiro, não pela metade: soja, hidrovia e outras ameaças à integridade do Pantanal**. Mato Grosso, Brasil, 2014.

SHIVA, V. **Monoculturas da Mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. GAIA. São Paulo, 2003.

SILVA, J. G. da. **Modernização dolorosa**. 1ª ed. 1981.

\_\_\_\_\_. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 1999.